

JORNADA DE TRABALHO: O EXEMPLO EUROPEU¹

Fernando Augusto M. de Mattos²

Resumo: Este artigo avalia o papel da redução das jornadas de trabalho médias anuais (por trabalhador ocupado) sobre as trajetórias de desemprego da Europa desde o pós-guerra. Os resultados apresentados mostram que durante os Anos Dourados do capitalismo a redução das jornadas de trabalho (obtida por ação legal ou por negociação entre os atores sociais) foi muito importante para a manutenção de baixas taxas de desemprego nos principais países europeus. A desaceleração da redução das jornadas de trabalho, ocorrida especialmente a partir da década de 1980, explica grande parte da ampliação das taxas de desemprego vigentes nas economias européias desde então.

Palavras-chave: decomposição da taxa de desemprego, crescimento econômico, jornada de trabalho, produtividade do trabalho, população economicamente ativa.

Abstract: This paper examines the role played by the decline in average annual hours of work *per person* in employment over the behavior of unemployment rate in Europe since II World War. The results show that during the Golden Age of Capitalism in the twentieth century the pronounced reduction in the average annual hours of work *per person* in employment (which can be traced to legal action or to particularly negotiation between the social partners) has been very important to keep the unemployment rate at very low levels in the main European countries. Nevertheless, after the eighties, there has been an important decline in the rate of reduction of average annual hours of work *per person* in employment. Since then, this fact explains a great part of the raise of the unemployment rates in European countries.

Key words: decomposition of unemployment rate, economic growth, working hours, productivity, labor force.

Classificação JEL/JEL classification: J22

1 O autor agradece a dois pareceristas anônimos pelos comentários e sugestões feitos a uma versão inicial deste artigo.

2 Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP.
(fermatt@attglobal.net)

INTRODUÇÃO

A recente implementação da Lei das 35 horas semanais de trabalho na França, ao mesmo tempo em que a economia francesa retoma uma trajetória de crescimento com queda acelerada do desemprego, tem estimulado, não somente naquele país, mas também em toda a Europa (em cujos principais países também se têm percebido, nos anos mais recentes, uma significativa queda do desemprego), o debate a respeito do papel que a redução da jornada de trabalho pode desempenhar na redução do desemprego.

O objetivo deste artigo é avaliar a contribuição da redução das jornadas de trabalho³ dos países europeus na trajetória da taxa de desemprego desde os anos 60 até o presente. O caso americano será analisado como contraponto ao exemplo dos países europeus. Através de um exercício de decomposição da taxa de desemprego, pretende-se avaliar diversos elementos que determinam os resultados da evolução da taxa de desemprego nos mercados de trabalho dos principais países europeus (e dos EUA), destacando a contribuição da jornada de trabalho para esses resultados. Na primeira parte do estudo, realizar-se-á uma contextualização histórica dos determinantes da redução da jornada de trabalho desde o pós-guerra. Na segunda parte, faremos breves comentários a respeito das alterações da ordem macroeconômica internacional e das estratégias das empresas que provocaram o aumento do desemprego a partir dos anos 70 na Europa. Na terceira parte, a mais importante, serão apresentados e analisados os resultados do exercício de decomposição da taxa de desemprego. No final, serão feitos alguns comentários a título de Conclusões.

3 Os dados de jornada de trabalho apresentados aqui são todos calculados com a inclusão dos trabalhadores de jornada parcial de trabalho (para efeito de comparação internacional, os dados da OCDE – fonte dos dados utilizados neste artigo – consideram como trabalhadores de tempo-parcial todos aqueles cuja jornada de trabalho seja inferior a 30 horas semanais em seu trabalho principal). A extensão da jornada de trabalho de cada país, em cada ano, representa, neste artigo, a jornada anual média por ocupado no mercado de trabalho do país. Dessa forma, a jornada de trabalho anual depende da extensão da jornada média de trabalho dos trabalhadores de tempo integral (o que inclui as horas extras), da jornada média realizada pelos trabalhadores de tempo-parcial e da proporção dos trabalhadores em tempo-parcial no conjunto dos ocupados. A extensão das férias e mesmo o número de feriados anuais também influenciam no cálculo da jornada de trabalho média anual (por ocupado).

1 ALTERAÇÕES MACROECONÔMICAS DO PÓS-GUERRA E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A trajetória de redução das jornadas de trabalho tem sido contínua na Europa há mais de um século⁴. Após a Segunda Guerra Mundial, especialmente enquanto o capitalismo vivia sua Era Dourada (1948-1973), a redução da jornada foi significativa, conforme mostra a Tabela 1. Também nos EUA a redução da jornada de trabalho foi expressiva, tendo se revertido durante a década de 1980. Na Europa, porém, a jornada de trabalho continuou a se reduzir nas décadas de 1980 e de 1990, embora a taxas cada vez menores.

Tabela 1

EVOLUÇÃO DA JORNADA MÉDIA DE TRABALHO ANUAL
POR TRABALHADOR
VALORES EM HORAS
EUA E PAÍSES EUROPEUS SELECIONADOS

Países	1960	1973	1983	1998	Redução da jornada de trabalho (em %) ⁽¹⁾		
					1973-1960	1983-1973	1998-1983
Alemanha	2156	1868	1724	1580	1,1	0,6	0,7
França	2069	1904	1711	1630	0,6	0,8	0,4
Itália	2086	1888	1764	1720	0,8	0,5	0,2
Reino Unido	2137	1930	1719	1737	0,8	0,9	-0,1
União Européia	2138	1919	1736	1656	0,8	0,8	0,4
EUA	2002	1925	1882	1957	0,3	0,2	-0,3

Fonte: OCDE.

(1) Taxa média anual de redução da jornada de trabalho por período.

4 Segundo Maddison (1995), em 1870, a duração anual da jornada de trabalho por pessoa era igual a 2941 horas, na Alemanha; 2945, na França; 2886, na Itália; e 2984, no Reino Unido. Em 1938, por exemplo, as jornadas haviam diminuído para 2316, 1848, 1927 e 2267 horas nos referidos países, respectivamente. E continuaram a diminuir seguidamente durante o século XX, embora de forma cada vez menos acelerada a partir dos anos 80, conforme mostraremos.

A rápida redução das jornadas de trabalho nos principais países capitalistas, durante os Anos Dourados, foi garantida por recorrentes mudanças na legislação que regulava a extensão das jornadas de trabalho exercidas pelos trabalhadores de jornada integral. As convenções coletivas de trabalho e os acordos setoriais podiam (e freqüentemente de fato o faziam) implementar jornadas ainda menores do que a jornada legal, reforçando conquistas garantidas por lei. A redução adicional da jornada legal podia ser feita através de redução da jornada semanal de trabalho e/ou de ampliação do período de férias pagas.

Em contexto de crescimento sem precedentes na produção, a ampliação do volume total de horas trabalhadas nas respectivas economias, ocorrida ao lado da redução da jornada média de trabalho, promovia uma rápida produção de novos postos de trabalho, reduzindo drasticamente as altas taxas de desemprego que haviam vigorado no imediato pós-guerra.

A redução da jornada média de trabalho devia-se notadamente à redução da jornada legal dos trabalhadores de tempo-integral – que representava a norma das contratações nos mercados de trabalho europeus. Nos anos 50 e 60, o trabalho em tempo parcial ocorria apenas em setores peculiares da atividade produtiva ou dos serviços públicos. Nessas décadas, ocorreu apenas uma modesta ampliação das ocupações em tempo-parcial, que se deveu a motivos específicos. Segundo Marshall (1989), a origem da expansão dessa forma de ocupação esteve relacionada à relativa escassez de oferta de mão-de-obra do início dos anos 60 e à necessidade de atrair as mulheres (especialmente as casadas) para a força de trabalho. Ou seja, a ampliação do emprego de tempo-parcial ocorreu *pari passu* com a expansão da taxa de participação feminina e, no período de expansão acelerada da atividade produtiva (Anos Dourados), significou uma ampliação de oportunidades para mulheres que desejavam ingressar no mercado de trabalho. A dinâmica da modesta expansão do emprego em tempo-parcial nos anos 60 foi, portanto, um fenômeno fundado, em boa medida, nas mudanças comportamentais e sociais que ocorreram nas sociedades ocidentais no período em questão e representou uma oportunidade de inclusão social para um expressivo grupo de pessoas que se encontravam até então alijadas do mercado de trabalho. Dessa forma, a redução da jornada média de trabalho efetuada pelo conjunto de ocupados esteve determinada não pela ampliação do peso do emprego de tempo-parcial mas, principalmente, pelas conquistas dos trabalhadores e de seus sindicatos, obtidas através da redução da jornada de trabalho regular definida para o trabalho em tempo integral.

A partir dos anos 80, porém, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento do desemprego e a crescente resistência, por parte das empresas, em aceitar a repartição do produto social na forma como havia sido definida durante os Anos Dourados, marcaram o início de um período em que a jornada de trabalho regular, nos diversos países, passou a encontrar obstáculos cada vez mais concretos para continuar a reduzir-se. Nesse contexto, o recurso ao trabalho em tempo-parcial passou a fazer parte da estratégia de redução de custos do setor privado⁵ e também do setor público⁶.

Ainda nos anos 70, porém, apesar da já crescente resistência do setor empresarial, a jornada legal de trabalho continuou a diminuir na maioria dos países europeus ocidentais (Tabela 1). A partir do final dos anos 80 a redução da jornada de trabalho desacelerou-se. Ademais, a redução da jornada anual média de trabalho nos principais países europeus passa a vincular-se cada vez mais à ampliação do peso dos empregos de tempo-parcial no conjunto da ocupação desses países⁷ (Tabela 2) e não mais a uma redução da jornada legal exercida pelos trabalhadores ocupados em tempo-integral⁸. No conjunto dos países europeus examinados,

- 5 Além de geralmente ter remuneração por hora trabalhada menor do que a do trabalho de tempo integral, conforme mostra estudo publicado recentemente pela OCDE (OCDE, 1999), a contratação de trabalhadores de jornada parcial permite às empresas reduzir outros custos relacionados ao uso da mão-de-obra: OCDE (1999) também ressalta que benefícios como férias remuneradas, licença por razão de doença, programas de aposentadoria *etc.* são normalmente usufruídos por uma parcela menor dos trabalhadores em tempo-parcial do que por aqueles de jornada integral de trabalho. Portanto, ao aumentar o contingente de trabalhadores em tempo-parcial, as empresas estão reduzindo seus custos trabalhistas diretos e indiretos.
- 6 Conforme alerta Rodgers & Rodgers (1989), também o setor público passou a utilizar o trabalho em tempo-parcial e os contratos de duração determinada a partir dos anos 70/80, como estratégia de redução de custos.
- 7 A partir do final dos anos 70/início dos anos 80, com o aprofundamento da crise econômica e com a mudança na legislação do trabalho em alguns países, as empresas passaram a recorrer cada vez mais às contratações de trabalhadores com jornada de trabalho de tempo-parcial (ou seja, com jornada menor do que a jornada regular e legal de trabalho). Com intensidade diferente em cada país, mas em todos eles, houve uma expansão do peso desta forma de emprego no conjunto do emprego, ocasionando efeitos sobre a jornada média de trabalho nos respectivos mercados de trabalho de países europeus.
- 8 Sendo D = jornada média por trabalhador ocupado, em número de horas por ano (tal qual aparece nos compêndios da OCDE – inclui, portanto, tanto as horas trabalhadas pelos trabalhadores de JT integral, quanto as horas trabalhadas pelos trabalhadores de jornada parcial),
 D^* = jornada média do trabalho de tempo-integral (horas por ano),
 N = total de ocupados na economia, podemos afirmar que:

pode-se verificar que, de 1979 a 1987, cerca de 30% da redução da jornada média de trabalho do período deveu-se à expansão do peso do emprego em tempo-parcial no conjunto dos ocupados. No período mais recente, 1987-1995, entretanto, cerca de 60% da redução da jornada de trabalho resulta da ampliação do peso do emprego em tempo-parcial. Com isso, pode-se afirmar que a redução da jornada de trabalho, nos anos mais recentes, tem resultado mais de uma deterioração da estrutura ocupacional dos mercados de trabalho europeus (aumento do peso de ocupações de tempo-parcial) do que de uma trajetória descendente da jornada legal de trabalho efetuada pelos trabalhadores de jornada de tempo integral desses mercados de trabalho. Esta mudança foi particularmente expressiva na França e na Espanha, onde era pequena a contribuição da ampliação do peso do emprego de tempo-parcial para a redução da jornada média de trabalho entre 1979 e 1987, mas entre os anos de 1987 e 1995 mais de 80% da redução verificada nas respectivas jornadas médias de trabalho pode ser explicada por estas novas formas de ocupação (em tempo-parcial). Na Holanda e no Reino Unido, onde desde o início da década de 1980 já era expressiva a contribuição da ampliação do peso do emprego em tempo-parcial para a redução da jornada média de trabalho, a partir do final dos anos 80 a ampliação do peso das ocupações de jornada parcial passa a explicar toda a redução da jornada média de trabalho (por trabalhador ocupado).

D.N= total de horas trabalhadas por ano na economia em questão, que pode ser decomposta assim:

$D.N = D^*. (1-TP).N + D^*. p.TP.N$ (equação 1), onde:

TP= parcela do emprego de tempo-parcial no conjunto do emprego em cada ano;

p= taxa de conversão, ou seja, duração média da jornada de trabalho do emprego de tempo-parcial expressa como percentual da duração média da jornada de trabalho do emprego em tempo integral. Neste caso, supomos um valor igual a 0,5, tomando por base estudos da OCDE sobre a duração média da jornada de trabalho destes trabalhadores (OCDE, 1999). A equação (1), portanto, torna-se:

$D = D^*. [(1-TP) + 0,5.TP]$

Dispomos de D e TP em publicações regulares da OCDE para cada ano considerado.

Portanto, D pode ser escrita simplesmente como: $D = D^*. CTP$, sendo $CTP = (1-TP) + 0,5.TP$

Desta forma, temos uma decomposição da variação (para qualquer período considerado) da jornada média de trabalho (D) entre D* (a jornada legal definida para os trabalhadores de jornada de trabalho regular) e CTP, que corresponde à Contribuição da evolução do peso do emprego de tempo-parcial no conjunto da ocupação.

Tabela 2
CONTRIBUIÇÃO DO TEMPO-PARCIAL
PARA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
PAÍSES SELECIONADOS
1979/1987 e 1987-1995

	1979-1987		1987-1995	
	Duração ⁽¹⁾	TP%	Duração ⁽¹⁾	TP%
Alemanha	-5.8	26.1	-4.9	27.0
Espanha	-9.0	4.4	-1.4	81.0
França	-7.4	14.7	-2.4	81.3
Itália	-2.6	-7.4	-1.3	38.2
Holanda	-8.2	82.2	-5.5	100.6
Reino Unido	-3.2	101.0	-1.5	179.9
Suécia	1.3	96.9	5.0	3.2
Europa ⁽²⁾	-5.3	29.6	-2.7	59.8

Fonte: OCDE *apud* Husson (1998).

(1) Variação da jornada de trabalho anual no período, em %.

(2) Conjunto dos países examinados.

2 O CRESCIMENTO DO DESEMPREGO

A PARTIR DOS ANOS 70: ALGUNS COMENTÁRIOS

SOBRE A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA ECONÔMICA

E DAS ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS

A alta instabilidade⁹ econômica gerada pelas contradições da ordem financeira internacional deflagradas no início dos anos 70 promoveu a ruptura da trajetória de crescimento econômico sustentado que havia sido observada nas duas décadas anteriores.

⁹ A instabilidade a que nos referimos possui diversas dimensões, mas a principal está relacionada às incertezas geradas pela desconfiança contra o dólar e ao abandono da paridade cambial que havia sido definida no pós-guerra. Conforme lembra Maddison (1980), entre 1949 e 1971 aconteceram poucas alterações nas taxas de câmbio, o que favoreceu a tomada de decisões dos investidores do setor produtivo e dos participantes do comércio internacional de mercadorias. A partir do momento em que as taxas de câmbio passaram a ser flutuantes, o horizonte de cálculo dos capitalistas incorporou um novo elemento de incerteza, o que acabou prejudicando os novos investimentos produtivos e, portanto, impedindo a manutenção da trajetória anterior de crescimento econômico sustentado.

O acirramento da concorrência internacional, a demanda interna fraca e as mudanças ocorridas na ordem financeira mundial criaram um ambiente em que a redução de custos e a ampliação da produtividade surgem como fatores decisivos para a recuperação da rentabilidade das grandes empresas¹⁰. Os esforços de redução de custos e de ampliação da produtividade são feitos, notadamente, através do binômio inovação produtiva-inovação organizacional. No caso das inovações produtivas, buscava-se ampliar a incorporação de novos equipamentos de alto teor tecnológico e de uso flexível, com o intuito de tornar também mais flexível o uso da mão-de-obra remanescente nas plantas produtivas e de ampliar os ganhos em produtividade através de tecnologias altamente poupadoras de mão-de-obra.

Esse processo de reestruturação produtiva vem acoplado a processos recorrentes de inovações organizacionais, que se baseiam em dois fatores principais: a redução das escalas hierárquicas na estrutura ocupacional das empresas e a ampliação das possibilidades de uso mais flexível da mão-de-obra. As inovações organizacionais em curso desde pelo menos os anos 80 atendem a diversos objetivos, entre os quais se destacam a flexibilização do uso do trabalho e a quebra das relações anteriores de contratação de mão-de-obra¹¹. A “reengenharia” exige que a ela venha associada uma mudança na gestão da jornada de trabalho¹² (Dedecca,

10 A desaceleração do crescimento econômico e a progressiva redução das possibilidades de investimentos produtivos que haviam sido criadas pela reconstrução do pós-guerra colocaram em xeque o papel que haviam exercido os mercados internos dos países como principais pilares do modelo econômico do pós-guerra. Conforme lembrou Glyn (1996), os mercados internos dos respectivos países representaram, durante os Anos Dourados, o principal fator de expansão da demanda das empresas mas, a partir do momento em que as economias nacionais se desaceleraram, as empresas passaram a tomar as exportações como uma alternativa cada vez mais presente para a ampliação das vendas e dos negócios. Nesse contexto, a redução de custos assumiu um papel cada vez mais destacado nas estratégias empresariais.

11 Que passam a ocorrer com influência cada vez menor dos sindicatos, assim como ocorre nos processos de negociação das condições de trabalho e da determinação salarial, que antes eram quase sempre fixadas no âmbito das negociações coletivas e passam a dar-se no âmbito das relações diretas entre empresas e trabalhadores (Dedecca, 1996).

12 A mudança na gestão da jornada de trabalho ocorre como resultado de um conjunto de iniciativas que encontram sua origem no âmbito das empresas: por um lado, pela sua atuação nas negociações diretas com os trabalhadores; por outro lado, pela sua ação política junto aos Estados Nacionais, pleiteando a ação das autoridades em favor da alteração (no sentido da flexibilização) de leis que ainda regulam as relações de trabalho que se consolidaram durante os Anos Dourados (Gill, 1993).

1997), de tal forma que se possa utilizar de maneira mais flexível a mão-de-obra, com o intuito de reduzir os tempos mortos de trabalho pago e os custos com mão-de-obra. Desse modo, as empresas, muitas vezes com o consentimento dos sindicatos (cada vez mais fragilizados, em cenário de aumento do desemprego e de ampliação da mobilidade do capital), passam a definir jornadas de trabalho de extensão flexível, com o objetivo de ajustar mais facilmente o estoque de trabalhadores e de horas de trabalho às oscilações sazonais ou conjunturais da demanda. Assim, as empresas passam a diminuir total ou parcialmente o pagamento de horas-extras, bem como a necessidade de contratação de trabalhadores adicionais em períodos de pico da produção. Tais estratégias, por um lado, redefinem as condições em que evoluem as jornadas de trabalho e, por outro lado, se somam aos fatores macroeconômicos que haviam detonado o aumento do desemprego a partir dos anos 70.

A partir da recessão do início dos anos 80, alteram-se decididamente os preceitos ideológicos sob os quais são conduzidas as políticas macroeconômicas dos principais países capitalistas. A anterior hegemonia keynesiana é substituída pela ortodoxia liberal e, sob o novo contexto ideológico, o objetivo de controlar a inflação foi sendo colocado à frente dos demais objetivos que haviam sido definidos pela maior parte dos formuladores de políticas econômicas durante os anos 70, quais sejam, os de retomada do crescimento econômico e de reversão das trajetórias ascendentes das taxas de desemprego. Galbraith (1996) resume as motivações que têm estado presentes nas decisões e estratégias escolhidas pelas autoridades econômicas a partir dos anos 80, contrastando com o pensamento hegemônico reinante durante os Anos Dourados:

“Em épocas mais recentes (...) tem ocorrido uma significativa mudança na preferência entre inflação e desemprego. Anteriormente o desemprego era o temor que norteava a política econômica, o pleno emprego representava o indicador mais importante do desempenho econômico (...) Mas a realidade é que agora é a inflação que é considerada pela parcela mais influente da política moderna como a ameaça central da boa performance econômica; preços estáveis representam o objetivo dominante. O desemprego, segundo esta visão, tornou-se um instrumento de estabilização de preços. Isto reflete uma nova realidade, não frequentemente revelada de forma explícita, mas visivelmente, até de forma ostensiva, presente.” (Galbraith, 1996, p. 44-45)

O aumento das taxas de desemprego representa a ruptura do padrão de acumulação que havia sido construído durante os Anos Dourados. A partir de meados da década de 1970, as taxas de desemprego já apontavam uma mudança de patamar em relação aos patamares vigentes nas décadas de 1950 e de 1960 (Tabela 3). Na década de 1980, as taxas de desemprego colocaram-se em níveis ainda mais elevados, situação que se agravou ainda mais durante a década de 1990. Em alguns países, a taxa de desemprego superou até mesmo aquelas que haviam vigorado durante a Grande Depressão dos anos 30 (Tabela 3).

Tabela 3
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO POR PERÍODO
1921-1996
% DA POPULAÇÃO ATIVA TOTAL

Países	1921- 1929	1930- 1938	1950- 1959	1960- 1967	1968- 1973	1974- 1979	1980- 1983	1984- 1989	1990- 1996
EUA	5,1	14,5	4,5	5,0	4,6	6,7	8,4	6,4	6,3
Alemanha	9,2	21,8	4,9	0,8	0,8	3,2	5,2	6,5	6,7
França	3,8	10,2	1,8	1,5	2,6	4,5	7,5	10,0	11,0
Inglaterra ⁽¹⁾	8,3	11,7	1,4	1,5	2,4	5,0	10,0	10,0	9,0
Itália	3,3	9,6	10,1	4,9	5,7	6,6	8,1	10,4	10,4
Comunidade Européia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,4	4,9	8,6	10,3	10,9 ⁽²⁾

Fontes: Até 1959, Newell & Symons (1990); de 1960 a 1973, OCDE (1991) *apud* Mattoso (1995); de 1974 a 1989, OCDE Historical Statistics (1991); de 1990 em diante, OECD (1998, p. 246) (taxas de desemprego padronizadas, para ficarem comparáveis com dados do período anterior, que se referem ao Labor Force Statistics).

(1) A partir de 1968, os dados são do Reino Unido.

(2) Refere-se à União Européia, apenas no período de 1993 a 1996.

O comportamento das taxas de desemprego nas últimas décadas torna necessária uma análise dos fatores que explicam a evolução das mesmas – tarefa que será realizada através de um exercício de decomposição da taxa de desemprego por períodos. Para cumprir os objetivos deste artigo, incluiremos, entre os fatores de decomposição escolhidos, as alterações das jornadas de trabalho em diferentes períodos desde o pós-guerra.

3 ESTUDOS DOS COMPONENTES DA TAXA DE DESEMPREGO: O PAPEL DA JORNADA DE TRABALHO

A decomposição da taxa de desemprego pode ser feita da seguinte forma, partindo-se da própria definição de desemprego¹³:

$$TD = \frac{PEA - N}{PEA} \quad \text{ou} \quad 1 - TD = \frac{N}{PEA} \quad (2)$$

O emprego se deduz pela relação entre o PIB e a produtividade do trabalho. Esta produtividade pode ser transformada em produtividade horária, se decomposta pela duração da jornada de trabalho. Assim, pode-se afirmar, inicialmente, que

$$N = \frac{PIB}{PROD} \quad \text{e que} \quad PROD = PROD H * DAT$$

onde: N = emprego;

$PROD$ = produtividade do trabalho (produção anual por trabalhador ocupado);

$PROD H$ = produtividade horária do trabalho (produção anual por trabalhador ocupado, por hora);

DAT = duração da jornada de trabalho (em horas anuais).

Além disso, pode-se decompor a PEA (população economicamente ativa) em

$$TP * POPIA$$

sendo: TP = taxa de participação;

$POPIA$ = população em idade ativa (nos dados da OCDE, toda a população entre 15 e 64 anos de idade).

Desta forma, reagrupando a equação (2), definida acima, teremos:

$$1 - TD = \frac{N}{PEA} = \frac{\frac{PIB}{PROD}}{TP * POPIA}$$

A identidade acima mostra que a variação anual da taxa de desemprego (em pontos percentuais) é resultado da soma da taxa de

¹³ A taxa de desemprego é igual ao total de desempregados dividido pela população economicamente ativa (PEA). O total dos desempregados é dado pela diferença entre a PEA e o conjunto dos ocupados.

crescimento anual da produtividade horária do trabalho com a taxa de crescimento da duração anual do trabalho e também com a taxa de crescimento anual da população em idade ativa e com a taxa de crescimento anual da taxa de participação (PEA/PIA), descontadas da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano. Em outras palavras, o aumento da produtividade horária do trabalho, assim como o aumento da população em idade ativa e o aumento da taxa de participação do mercado de trabalho atuam a favor de um aumento da taxa de desemprego, enquanto a redução da jornada de trabalho (média anual por trabalhador ocupado) e o aumento da produção (PIB) favorecem a redução da taxa de desemprego¹⁴.

14 É preciso deixar claro que a decomposição proposta visa identificar alguns dos mais importantes elementos que afetam a trajetória da taxa de desemprego, mas não está imune a alguns condicionantes importantes, especialmente aqueles relacionados ao fato de que as variáveis escolhidas não são independentes entre si. Por exemplo, a redução da jornada de trabalho, que está presente no centro da argumentação desenvolvida neste artigo, resultou, especialmente nos Anos Dourados (décadas de 1950, de 1960 e primeiros anos da década de 1970) e ainda nos anos 80, de conquistas sociais/sindicais obtidas pelos trabalhadores e sancionadas pelos Estados Nacionais através de mudanças de legislação (ou foram obtidas no âmbito de negociações setoriais em importantes setores industriais e praticadas pelas empresas), conforme já salientamos. O contexto social e político que sancionou estas conquistas esteve determinado, em grande parte, pelo cenário macroeconômico de baixo desemprego e, portanto, de boas perspectivas para os trabalhadores (ou seja, parece haver relação entre os movimentos das jornadas de trabalho e as variações das taxas de desemprego nos respectivos países). A partir do momento em que este cenário macroeconômico favorável às conquistas sociais/sindicais se reverte, as possibilidades de continuidade da atuação política em favor da redução da jornada legal de trabalho (sem redução dos salários) tornam-se mais restritas. De qualquer forma, a efetiva redução da jornada legal de trabalho, conforme veremos, permitiu que a conjuntura de acelerado crescimento econômico (aumento expressivo do PIB anual de diversos países) contasse com um impulso adicional para a redução do desemprego. Outro aspecto que revela a interdependência entre algumas variáveis pode ser visto na evolução da taxa de participação (PEA/PIA), por exemplo. A taxa de participação não depende apenas de fatores demográficos (crescimento da PIA), mas também das decisões (tomadas pelos trabalhadores) de entrada e saída do mercado de trabalho; estas decisões estão, em boa medida, afetadas pela evolução da conjuntura econômica (evolução do nível de produção – em poucas palavras, na evolução do PIB) e de alguns fatores institucionais (regras de admissão ao seguro-desemprego, nível da remunerações *etc.*) cuja mensuração é complexa. De qualquer forma, o mais importante a destacar é que a decomposição proposta elege variáveis que permitem traçar um quadro bastante representativo de fatores econômicos, demográficos e institucionais (como é o caso da evolução da jornada legal de trabalho) que têm afetado a evolução da taxa de desemprego nos países escolhidos desde o pós-guerra.

As tabelas que se seguem mostram como têm evoluído esses indicadores em diferentes períodos¹⁵. Os dados estão apresentados como taxa de variação anual média por período (em percentuais)¹⁶.

No período 1960-1973 (Tabela 4), a taxa de desemprego manteve-se praticamente inalterada nos países e nos dois agregados europeus considerados. Na Europa, os ganhos médios anuais da produtividade horária do trabalho foram superiores à variação média anual do PIB. Entretanto, as taxas de desemprego não aumentaram pois a redução da jornada anual de trabalho foi maior do que o aumento da população em idade ativa. As taxas de participação não se alteraram expressivamente, exceto no caso italiano¹⁷. Nos EUA, apesar do expressivo aumento da população em idade ativa, não ocorre aumento do desemprego, pois os ganhos de produtividade são bastante inferiores ao aumento da produção e, então, a entrada de um maior número de pessoas no mercado de trabalho é quase totalmente absorvida pelo aumento da demanda por trabalho. A redução da jornada de trabalho nos EUA foi bem menos expressiva do que na Europa, mas a taxa de desemprego americana teve comportamento semelhante à europeia devido à elevada diferença entre a produção e a produtividade nos EUA (em favor da primeira).

15 A escolha dos períodos a serem analisados tem uma explicação. No primeiro caso (1960-1973), iniciamos pelo ano mais antigo em que se encontram disponíveis informações confiáveis de todos os indicadores que pretendemos utilizar em nossos exercícios, e encerramos exatamente no ano a partir do qual a economia internacional passa a ter desaceleração de seu crescimento econômico – em suma, o período 1960 e 1973 é representativo dos anos finais dos Anos Dourados do Capitalismo. O período 1973-1980 foi marcado por desemprego ascendente e se encerra no último ano anterior ao que marcou uma forte recessão na economia mundial. O período 1980-1990 engloba a recessão do início da década de 1980 e exclui os efeitos da recessão que ocorreu no início da década de 1990. O último período para o qual apresentamos os resultados do exercício de decomposição proposto inclui os efeitos da recessão do início da década recentemente encerrada.

16 Nas Tabelas 4 a 7, desconsiderando alguns problemas de arredondamento de dados, o valor da terceira coluna é igual à soma dos respectivos valores da quarta, quinta, sexta e sétima colunas subtraída pelo valor da última coluna (evolução do PIB).

17 Na Itália, durante os anos 60, houve uma expressiva migração de famílias de regiões agrícolas em direção às cidades. Tal fenômeno promoveu uma queda expressiva da taxa de participação feminina no mercado de trabalho do país, contrastando com o que ocorrera nos anos 50 e antes, quando parte considerável do país ainda tinha predominância de atividades rurais e, portanto, eram altas as taxas de ocupação feminina (Pugliese, 1993). Nos anos 70, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho italiano passou a crescer aceleradamente (enquanto nos demais países europeus essa mesma taxa tinha crescimento modesto). A partir dos anos 80, a taxa de participação feminina italiana tem comportamento semelhante às taxas dos demais países europeus.

Tabela 4
TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO ANUAL DOS COMPONENTES
DA TAXA DE DESEMPREGO (EM %)
1960/1973

Países	Taxa de desemprego		Variação anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de participação ⁽⁴⁾	PIB
	1960	1973						
Alemanha	1,0	1,0	0,00	5,2	-1,1	0,4	-0,1	4,4
França ⁽¹⁾	1,5	2,7	0,09	5,1	-0,7	0,9	0,1	5,2
Itália	4,2	4,7	0,04	6,5	-0,8	0,6	-1,0	5,2
Reino Unido	1,4	2,1	0,05	4,0	-0,8	0,2	-0,1	3,2
EUA	5,5	4,9	-0,05	2,6	-0,3	1,7	0,3	4,3
Euro11 ⁽²⁾	2,4	2,6	0,01	5,3	-1,1	0,5	0,1	4,8
Euro4 ⁽³⁾	1,7	2,5	0,06	5,1	-0,8	0,4	-0,2	4,4

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1). Elaboração própria.

(1) Os dados da França iniciam-se em 1965.

(2) Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia (entre 1965 e 1973).

(3) Os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido (entre 1965 e 1973).

(4) Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

Tabela 5
TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO ANUAL DOS COMPONENTES
DA TAXA DE DESEMPREGO (EM %)
1973-1980

Países	Taxa de desemprego		Variação anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de participação ⁽³⁾	PIB
	1973	1980						
Alemanha	1,0	3,2	0,3	3,2	-1,0	0,5	-0,2	2,2
França	2,7	6,2	0,5	3,0	-0,7	0,8	0,1	2,6
Itália	4,7	5,6	0,1	3,2	-0,8	0,6	0,6	3,5
Reino Unido	2,1	6,1	0,6	2,2	-1,2	0,4	0,2	1,0
EUA	4,9	7,2	0,3	0,5	-0,3	1,7	0,9	2,4
Euro1 ⁽¹⁾	2,6	5,6	0,4	3,3	-1,0	0,8	0,0	2,6
Euro4 ⁽²⁾	2,5	5,2	0,4	3,0	-0,9	0,6	0,0	2,3

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1). Elaboração própria.

(1) Comunidade Europeia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia.

(2) Os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

(3) Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

Tabela 6
TAXAS MÉDIA DE VARIAÇÃO ANUAL DOS COMPONENTES
DA TAXA DE DESEMPREGO (EM %)
1980/1990

Países	Taxa de desemprego		Variação anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de participação ⁽³⁾	PIB
	1980	1990						
Alemanha	3,2	6,2	0,4	2,4	-0,6	0,7	0,1	2,2
França	6,2	8,9	0,3	2,9	-0,8	0,9	-0,3	2,4
Itália	5,6	9,1	0,4	2,4	-0,3	0,7	-0,2	2,2
R. Unido	6,1	5,9	0,0	2,0	0,0	0,4	0,3	2,7
EUA	7,2	5,6	-0,2	0,7	0,3	0,9	0,8	2,9
Euro11 ⁽¹⁾	5,7	8,6	0,4	2,5	-0,5	0,8	-0,1	2,4
Euro4 ⁽²⁾	5,2	7,3	0,3	2,4	-0,5	0,7	0,0	2,4

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1). Elaboração própria.

(1) Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia.

(2) Os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

(3) Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

Tabela 7
TAXAS MÉDIAS DE VARIAÇÃO ANUAL DOS COMPONENTES
DA TAXA DE DESEMPREGO (EM %)
1990/1998

Países	Taxa de desemprego		Variação anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de participação ⁽³⁾	PIB
	1990	1998						
Alemanha	6,7	11,2	0,7	3,0	-0,4	0,2	-0,5	1,6
França	8,9	11,8	0,4	1,8	-0,3	0,3	0,2	1,6
Itália	9,1	12,2	0,4	1,8	-0,1	0,1	-0,2	1,2
R. Unido	5,9	6,5	0,1	2,3	-0,2	0,3	-0,2	2,1
EUA	5,6	4,5	-0,1	1,3	0,1	1,0	0,2	2,6
Euro1 ⁽¹⁾	8,6	11,7	0,4	2,4	-0,3	0,3	-0,1	2,1
Euro4 ⁽²⁾	7,3	10,4	0,4	2,4	-0,3	0,2	-0,1	2,0

Fonte: CD-OCDE Statistical Compendium (1991/1). Elaboração própria.

(1) Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia.

(2) Os Quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

(3) Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

Os dados da Alemanha e do Euro 4 estão expurgados dos efeitos da Unificação alemã.

O período 1973-1980 (Tabela 5) é marcado por um aumento das taxas de desemprego na Europa. No período, ocorreu uma forte redução das taxas de crescimento do PIB. Além do mais, as economias européias ainda continuaram a conviver com taxas de crescimento da produtividade maiores que da produção (exceto no caso da Itália). Continuou a ocorrer redução importante da jornada de trabalho, mas o crescimento da população em idade ativa européia foi um pouco maior do que na década de 1960, 'anulando' parte dos efeitos positivos da redução da jornada; desta forma, as taxas de desemprego aumentaram, em média, cerca de 0,4 ponto percentual por ano entre 1973 e 1980 na Europa. De qualquer forma, apesar de ter ocorrido um crescimento da população superior ao que ocorrera no período 1960-1973, o aumento do desemprego europeu no período 1973-1980 deveu-se menos a fatores demográficos do que ao desempenho medíocre das taxas médias anuais de crescimento do PIB nos agregados europeus (que foram mais de dois pontos percentuais inferiores às taxas do período anterior).

Nos EUA, o crescimento da produção foi superior aos ganhos modestos de produtividade, mas a taxa de desemprego aumentou pois seu mercado de trabalho sentiu o ingresso de expressivos contingentes de novos trabalhadores¹⁸, que não foram totalmente absorvidos já que o PIB cresceu relativamente pouco (Tabela 5).

Entre 1980 e 1990 (Tabela 6), houve crescimento das taxas de desemprego na Europa¹⁹ (exceto no caso da Grã-Bretanha). A exceção britânica se explica especialmente pelo fato de que sua produção cresceu mais do que nos demais países europeus e sua produtividade cresceu um pouco menos. As taxas de crescimento da produtividade continuaram a superar as taxas de crescimento do PIB nos demais países europeus selecionados. Nos EUA, por outro lado, o produto continuou a crescer acima da produtividade média horária do trabalho. Ademais, deve-se destacar que o PIB americano, na década de 1980, cresceu mais do que nos países europeus (meio ponto percentual por ano a mais do que na Europa dos 11). Como sua produtividade continuou a apresentar desempenho fraco, foi possível criar uma quantidade de ocupações suficiente

18 Tanto a PIA americana, quanto a taxa de participação tiveram crescimento significativo no período. A taxa de participação, em particular, cresceu bem acima do que havia crescido na década de 1960.

19 Entre 1980 e 1983, a taxa de desemprego na Europa deu um salto significativo, mantendo-se em patamar elevado durante a década de 1980, tendo uma pequena redução nos últimos anos do período. No início da década de 1990, houve nova recessão na economia européia, que promoveu novo salto nas taxas de desemprego dos principais países.

para promover uma redução do desemprego – apesar do inusitado aumento da jornada de trabalho.

A redução da jornada de trabalho na Europa (dos 11 e dos 4), na década de 1980 (Tabela 6), foi duas vezes menor do que a do período 1973-1980 (Tabela 5). Tal fato teve peso importante para o aumento da taxa de desemprego na década de 1980. Comparando-se a evolução dos indicadores do período 1973-1980 com os do período 1980-1990, verifica-se que a taxa de participação e a taxa de aumento da população em idade ativa não apresentaram diferença digna de nota nos dois agregados europeus selecionados. A taxa média anual de crescimento do PIB foi menor na França e na Itália do que no período anterior. Entretanto, o fato distintivo do período 1980-1990, em relação ao período anteriormente analisado (1973-1980), foi a desaceleração significativa da redução da jornada de trabalho – que constituiu o fator mais importante para explicar a continuação do aumento do desemprego, durante a década de 1980, nos principais países europeus continentais.

No período 1990-1998 (Tabela 7), houve um novo e expressivo salto no patamar do desemprego dos países europeus (novamente com exceção do Reino Unido). Assim como nos períodos anteriores, o fraco desempenho do PIB e a nova desaceleração da jornada de trabalho constituíram fatores decisivos para a continuação do crescimento da taxa de desemprego.

O caso americano é de novo nitidamente diferente do dos países europeus. Os EUA continuaram tendo, nos anos 90, crescimento do PIB maior do que o da Europa, e mantiveram o ritmo modesto de expansão da produtividade. Apesar de ter tido aumento da jornada de trabalho e também um aumento não desprezível da população, foi possível absorver os novos entrantes no mercado de trabalho americano em proporção suficiente para promover uma redução anual média de cerca de 0,1 ponto percentual de sua taxa de desemprego durante o período 1990-1998.

A vantagem de cerca de 0,5 ponto percentual por ano na taxa de crescimento da produção americana, comparada com o caso europeu, explica a redução do desemprego nesse país, enquanto o desemprego aumentava na Europa. No acumulado do período 1990-1998, a economia americana criou quase 12,5 milhões de novos postos de trabalho (Tabela 8). Se tivesse crescido apenas à taxa de apenas 2,1% ao ano, como ocorreu com os europeus, os EUA teriam tido um aumento anual médio de cerca de 0,4 ponto percentual de sua taxa de desemprego – o mesmo resultado da taxa de desemprego dos europeus (Tabela 7). Portanto, a vantagem americana em relação aos europeus, em termos de criação de empregos nos anos mais recentes, deveu-se especialmente ao seu maior crescimento

econômico, que resultou da forma como os EUA passaram a exercer sua liderança internacional sob a ordem econômica mundial vigente desde os anos 80 (Overbeek & Van Der Pijl, 1993; Mattos, 2001).²⁰

Tabela 8

**TOTAL DE OCUPADOS E TOTAL DE DESEMPREGADOS
EUA E PAÍSES EUROPEUS SELECIONADOS
1965-1983-1998**

Países	Total de ocupados						Total de desempregados					
	1965	1973	1980	1983	1990	1998	1965	1973	1980	1983	1990	1998
Alemanha	26755	27066	26980	26251	28479	26762	147	273	889	2258	1883	3407
França	20097	21446	22007	21940	22648	22807	316	593	1466	1974	2203	3062
Itália	19555	19238	20732	20538	21020	20127	806	947	1223	1712	2111	2801
Reino Unido	25219	25095	25143	23769	27062	27030	339	531	1632	3013	1684	1872
Euro4	91626	92845	94862	92498	99209	96726	1608	2344	5210	8957	7881	11142
EUA	71070	85051	99303	100822	118800	131272	3353	4360	7671	10694	7061	6260

Fontes: OCDE. Elaboração própria. Os dados de Alemanha e do Euro4 estão expurgados dos efeitos da Unificação alemã.

A enorme vantagem dos americanos sobre os europeus, em termos de criação de empregos nos anos 90, ocorreu a despeito do fato de sua jornada de trabalho ter aumentado (um pouco) no período, enquanto continuava a diminuir (embora de forma cada vez mais lenta, conforme já sublinhamos) na Europa.

No que se refere aos países europeus, deve-se ressaltar que, se a jornada de trabalho tivesse continuado a se reduzir nas décadas de 1980 e 1990, na mesma velocidade com que havia se reduzido durante os Anos Dourados (e ainda durante a década de 1970), a taxa de desemprego

²⁰ Desenvolvemos o argumento da vantagem desfrutada pelos EUA sob a ordem internacional vigente desde a década de 1980 em Mattos (2001). Resumindo o argumento, afirmamos que houve uma mudança na natureza da liderança exercida pelos americanos no cenário internacional desde o fim da segunda guerra. Nas décadas de 1950 e 1960, a hegemonia americana ocorria na forma de “liderança consentida” (Gill, 1993), da qual usufruíam os seus parceiros europeus, cujas economias cresciam a taxas superiores às dos americanos. A partir de 1979, com a implementação da “política do dólar forte”, e durante as duas últimas décadas, porém, nitidamente a liderança americana torna-se mais impositiva e os europeus expressam seu descontentamento com o fato de que passam a ter taxas de crescimento econômico, em média, menores do que as americanas.

herdada dos anos 70 poderia ter diminuído expressivamente ao longo das duas últimas décadas (supondo constantes os demais indicadores usados na decomposição do desemprego), e poderia estar, atualmente, em patamares semelhantes aos dos anos 50. É claro que esta suposição (“mantidos constantes os demais indicadores”) não pode ser tomada ao pé da letra, pois os fatores avaliados na decomposição das taxas de desemprego não atuam de forma independente entre si. De qualquer forma, é inegável o potencial de criação de empregos que a redução da jornada de trabalho ostenta, conforme se pode avaliar de forma mais clara pelas informações contidas na Tabela 9. Nessa tabela, avalia-se a trajetória do indicador de ‘volume de trabalho’, definido como o produto entre o total de ocupados e a jornada média anual por ocupado (informações publicadas pela OCDE).

Tabela 9

VOLUME DE TRABALHO, DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
E EMPREGO
1965-1980 e 1980-1998

Países	Volume de trabalho ⁽¹⁾			TVMA (em %) ⁽²⁾					
				1965-1980			1980-1998		
	1965	1980	1998	Volume	Duração	Emprego	Volume	Duração	Emprego
Alemanha	54,74	47,16	42,28	-0,99	-1,05	0,06	-0,61	-0,56	-0,05
França	40,31	39,79	37,18	-0,09	-0,74	0,60	-0,38	-0,57	0,20
Itália	38,13	37,11	34,61	-0,18	-0,57	0,39	-0,39	-0,22	-0,16
Reino Unido	52,18	44,5	46,95	-1,06	-1,04	-0,02	0,30	-0,10	0,40
Euro4	185,63	168,56	160,18	-0,64	-0,86	0,23	-0,31	-0,42	0,11
EUA	142,14	186,69	256,37	1,83	-0,41	2,20	1,78	0,22	1,55

Fonte: OCDE (OCDE Statistical Compendium, 1991/1). Elaboração própria.

(1) Dado pelo produto entre a jornada média anual por ocupado e o total de ocupados (valores em bilhões de horas trabalhadas).

(2) TVMA (em %): Taxa de Variação Média Anual (em %).

Nota: Os dados da Alemanha e do Euro4 estão expurgados dos efeitos da Unificação alemã.

A expansão do volume de horas trabalhadas pode ser decomposta, portanto, entre o volume de emprego e a extensão da jornada de trabalho. Ou seja, para um dado volume de trabalho criado pela economia (fator que depende do dinamismo de cada economia em cada ano), o número de trabalhadores ocupados será tão maior quanto mais reduzida

for a extensão da jornada de trabalho realizada, em média, por cada um deles. A demanda por trabalho (medida em horas) vai depender, portanto, da expansão da demanda agregada e o nível de ocupação será função da demanda no mercado de trabalho e da extensão da jornada de trabalho. Os dados da Tabela 9 mostram que, entre 1965 e 1980, houve uma redução do volume de horas trabalhadas no agregado “Euro4”, mas o emprego aumentou, pois houve uma redução ainda maior da jornada de trabalho. Entre 1980 e 1998, houve redução do volume de horas trabalhadas na Europa, acompanhada de redução um pouco maior da jornada de trabalho – o que resultou em pequena expansão do estoque de empregos. A expansão do emprego, entretanto, poderia ter sido ainda maior se não tivesse ocorrido uma significativa desaceleração do ritmo de redução da jornada de trabalho a partir da década de 1980. Conforme já vimos acima, o ritmo de criação de empregos na Europa, a partir da década de 1980, foi insuficiente para fazer a taxa de desemprego retornar aos patamares que ostentava antes da crise econômica deflagrada em meados da década de 1970.

Se a jornada de trabalho tivesse se reduzido entre 1980 e 1998, no agregado Euro4, à mesma razão do período 1965-1980 (0,86% ao ano), para o mesmo volume de horas trabalhadas entre 1980 e 1998, o emprego teria crescido à taxa de 0,55% ao ano, ou seja, teriam sido criados cerca de 9,8 milhões de postos de trabalho (ver Tabela 8), que teriam representado cerca de 8,0 milhões a mais do que o número de postos de trabalho que foram de fato criados entre 1980 e 1998 no conjunto das 4 principais economias européias (Tabela 8)²¹. Se levarmos em conta que, nesse mesmo período, o aumento do número de desempregados foi de quase 6 milhões de pessoas, podemos perceber o papel que poderia ter desempenhado a manutenção, durante as duas décadas mais recentes, do mesmo ritmo da redução da jornada de trabalho ocorrida durante os Anos Dourados, nos 4 principais países europeus, para a redução da taxa de desemprego européia.

4 CONCLUSÕES

Os exercícios de decomposição apresentados neste trabalho revelam que a redução da jornada de trabalho teve papel decisivo na criação de empregos durante os Anos Dourados. A expansão do desemprego nos países europeus, a partir da década de 1970, pode ser atribuída

²¹ Husson (1998) faz exercício semelhante para períodos um pouco diferentes dos escolhidos aqui.

à desaceleração de suas respectivas taxas de crescimento econômico e também à redução do ritmo de diminuição das jornadas médias de trabalho nesses países.

O fator demográfico não teve papel importante para a expansão do desemprego na Europa. Na verdade, o ritmo de crescimento da população nos países europeus tem sido menor do que nas décadas em que as taxas de desemprego eram baixas e estáveis (anos 60). O que explica a expansão do desemprego na Europa é, por um lado, a dificuldade que essas economias têm tido para expandir seus respectivos produtos internos brutos desde a década de 1980 e, por outro lado, a desaceleração da redução das jornadas de trabalho. O cenário macroeconômico adverso e a mudança das premissas em que passaram a se basear os formuladores das políticas macroeconômicas dos países europeus, especialmente depois que esses países foram compelidos a adotar uma política deflacionista como resposta ao redirecionamento da liquidez financeira mundial em favor dos EUA desde o início da década de 1980²² (Tavares, 1998), foram fatores que se somaram para criar dificuldades crescentes ao movimento sindical europeu para continuar a lutar pela redução das jornadas de trabalho – colocando dificuldades adicionais para a redução do desemprego.

No início da década de 1980 e durante a década de 1990, o número de desempregados subiu de forma significativa nas economias européias (Tabela 8). Na década de 1980, estes países enfrentaram enormes dificuldades para ajustarem-se à nova (des)ordem internacional. Durante a década de 1990, as rígidas metas macroeconômicas definidas para qualificar os países para a adesão à moeda única foram desfavoráveis à retomada do crescimento econômico dos europeus, com impacto imediato e intenso na expansão do desemprego (a situação começou a melhorar apenas a partir de 1998, com a retomada de trajetórias fortemente ascendentes do crescimento econômico na Europa).

O exercício realizado com dados da Tabela 9 sugere que, se a jornada de trabalho tivesse continuado a se reduzir, após a década de

²² Tavares (1998) lembra que, a partir de meados da década de 1980, como resultado da “política do dólar forte” que havia sido deflagrada pelos americanos em finais de 1979 e da própria forma como tem se reorganizado o sistema financeiro internacional desde então, os EUA passaram a ser receptores líquidos de capitais no cenário internacional, o que forçou os europeus a adotarem políticas macroeconômicas deflacionistas, gerando crescente desigualdade entre esses países e os EUA em termos de crescimento econômico. Ou seja, quando os EUA passaram a tornar-se devedores líquidos no cenário internacional (a partir dos primeiros anos da década de 1980), os europeus passaram a encontrar dificuldades cada vez maiores para formularem políticas de crescimento econômico.

1980, no mesmo ritmo em que havia se reduzido nas décadas anteriores, a taxa de desemprego europeia estaria, nos anos 90, no mesmo patamar pré-crise econômica dos anos 70. É evidente que não estamos perdendo de vista que a desaceleração do ritmo de redução da jornada é resultado justamente do aumento do desemprego (e da conseqüente perda de poder de barganha dos sindicatos de trabalhadores frente às empresas) e da falta de decisão política dos Estados Nacionais de continuar a determinar, por lei, reduções significativas da jornada legal de trabalho. De qualquer forma, o exercício realizado demonstra que a ordem de grandeza da redução do desemprego seria bastante expressiva se a jornada de trabalho tivesse se reduzido, pelo menos, em ritmo próximo, nos últimos 20 anos, ao que ocorrera durante os Anos Dourados.

O melhor desempenho observado na geração de empregos da economia americana (e na redução de sua taxa de desemprego) deve ser atribuído especialmente ao fato de que essa economia tem sido a principal beneficiária das alterações ocorridas na ordem econômica internacional nestes últimos 20 anos – especialmente se medirmos a vantagem americana em termos de crescimento econômico comparado ao dos países europeus. A expansão do emprego nos EUA ocorre a despeito do aumento de sua jornada de trabalho a partir de meados da década de 1970. Se a produção econômica americana tivesse crescido a taxas semelhantes às obtidas pelas economias europeias nos últimos 20 anos, a taxa de desemprego dos EUA estaria hoje em patamares semelhantes (ou até mesmo superiores) aos vigentes nas principais economias europeias. Além disso, uma característica estrutural marcante do mercado de trabalho americano, a baixa produtividade dos empregos criados, tem permitido que a taxa de crescimento do emprego por unidade de produto seja alta. Nos EUA não se coloca a necessidade de reduzir a jornada para a criação de mais empregos, mesmo porque sua economia ostenta atualmente a mais baixa taxa de desemprego desde o pós-guerra.

O fato do desemprego ter diminuído justamente onde não tem havido recentemente redução de jornada de trabalho, não invalida nosso argumento de que, na Europa, a redução da jornada regular de trabalho continua sendo um importante instrumento de criação de empregos. O caso americano é peculiar não somente por poderem ter desfrutado de uma maior taxa de crescimento da produção nas duas últimas décadas²³, mas também pelas características específicas dos empregos criados – de produtividade bem menor do que os empregos europeus. Na Europa, justamente por seu mercado de trabalho caracterizar-se por ocupações

23 Dada sua posição na hierarquia monetária e financeira internacional, conforme mencionamos.

cuja produtividade é relativamente elevada, é importante que a ampliação do PIB seja acompanhada de redução da jornada de trabalho para que a taxa de desemprego mantenha-se em baixos patamares, conforme ocorreu durante os Anos Dourados.

Mais recentemente, a redução da jornada de trabalho dos países europeus tem-se revelado muito modesta e pode ser atribuída mais à deterioração das condições de inserção de expressiva parcela de seus ocupados nos respectivos mercados de trabalho nacionais (ou seja, ao aumento do peso do trabalho em tempo-parcial) do que a uma redução da jornada efetuada pelos trabalhadores regulares (de jornada de trabalho de tempo integral). Dessa maneira, a redução da jornada de trabalho, além de insuficiente para fazer recuar as taxas de desemprego dos principais países europeus, revela, dada a sua composição, a forte deterioração pela qual tem passado a estrutura ocupacional européia, com ampliação dos empregos – geralmente precários²⁴ – de jornada de tempo-parcial.

No momento atual, em que as economias européias estão voltando a adentrar uma trajetória de crescimento econômico, a redução legal da jornada de trabalho dos trabalhadores de jornada de tempo integral poderá servir como importante instrumento para ampliar o número de postos de trabalho que estão sendo criados pela retomada do nível de atividade nessas economias.

24 Entre os fatores que denotam a precariedade dos empregos de tempo-parcial, incluem-se os salários mais baixos (por hora, inclusive), especialmente por causa da natureza dessas tarefas e por causa de sua localização na hierarquia salarial dentro das empresas [nos EUA, por exemplo, segundo dados publicados pelo U.S. Senate Hearing (1993) e citados por Petras (1999, p. 17), os empregados contratados por hora ganhavam cerca de 62% do salário dos trabalhadores em tempo integral]. Além disso, normalmente os trabalhadores nessa condição não recebem os *fringe benefits* dos quais desfrutam os trabalhadores de jornadas regulares. Trata-se, portanto, de um recurso de que lançam mão as empresas para reduzir custos associados ao trabalho e para flexibilizar o uso da mão-de-obra segundo as flutuações da atividade econômica. Ou seja, os trabalhadores de tempo-parcial, independentemente de serem “voluntários” ou “involuntários”, estão sempre mais sujeitos à instabilidade econômica (têm mais chances de serem demitidos do que os outros) e a outras formas de vulnerabilidade individual (doenças devem ser enfrentadas sem o apoio social de que desfrutam os trabalhadores regulares, os rendimentos recebidos são mais instáveis e menos regulados por lei, a contribuição para sistemas de previdência não acontece em todos os casos *etc.*). Evidentemente, essas características variam de país para país, mas, de modo geral, pode-se afirmar que as condições de acesso do empregado em tempo-parcial ao conjunto de direitos definidos pela legislação e/ou pelos acordos coletivos de trabalho é menor do que no caso do trabalhador regular de tempo integral.

5 BIBLIOGRAFIA

BOYER, R.. Une lecture régulationniste de la croissance et de la crise. In: COMBEMALE, P.; PIRIOU, J. (Org.). *Nouveau manuel de sciences économiques et sociales*. Paris: La Decouverte, 1995/1996. Cap. XVIII, p. 473-496.

CHESNAIS, F. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, Sette Letras, n. 1, p. 7-34, 1997.

DEDECCA, C. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A.; MATTOSO, J. (Org.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1997. (Livre Docência).

EPSTEIN, G.; GINTIS, H. *Macroeconomic policy after the conservative era*. Cambridge: University Press, 1995.

FREYSSINET, J. Emploi et chômage. In: COMBEMALE, P.; PIRIOU, J. (Org.). *Nouveau manuel de sciences économiques et sociales*. Paris: La Decouverte, 1995/1996. Cap. XIX, p. 505-525.

_____. Duração do trabalho: redução et/ou flexibilidade? *Chronique Internationale de l'IRES*, n. 54, Sept. 1998a.

_____. Les négociations sur la flexibilité du temps de travail en Europe Occidentale. *Chronique Internationale de l'IRES*, n. 54, Sept. 1998b. (Spécial).

GALBRAITH, J. K. *The good society: the humane agenda*. New York: Houghton Mifflin Comp., 1996.

GILL, S. Neo-Liberalism and the shift towards a US-centered transnational hegemony. In: OVERBEEK, H. (Org.). *Restructuring hegemony in the global political economy: the rise of transnational neo-liberalism in the 1980s*. New York: Routledge, 1993.

GLYN, A. Growth and equality since 1945: the role of the State in OCDE Economies. In: NAASTEPAD, C. W. M.; STORM, S. (Org.). *The state and the economic process*. Centre for Development Planning. Erasmus University Rotterdam. Brookfield: Edwrad Elgar, 1996.

HUSSON, M. Le ralentissement de la réduction du temps de travail en Europe. *Chronique Internationale de l'IRES*, n. 54, Sept. 1998. (Spécial).

_____. Fim do trabalho ou redução de sua duração? *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 5, dez. 1999.

MADDISON, A. *The world economy in the 20th century*. Paris: OECD, 1980.

_____. *Monitoring the world economy: 1820-1992*. Paris: OCDE, 1995.

MARSHALL, A. The sequel of unemployment: the changing role of part-time and temporary work in Western Europe. In: RODGERS, G.; RODGERS, J. (Org.). *Precarious Jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Genebra: ILS/ILO, 1989.

MATTOS, F. A. M. Retrospectiva histórica do processo de globalização financeira. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 92, n. 1, 1998.

_____. *Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana*. 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.

OCDE. *Economic Outlook*. Paris: OCDE, vários números.

OVERBEEK, H. (Org.). *Restructuring hegemony in the global political economy: the rise of transnational neo-liberalism in the 1980s*. New York: Routledge, 1993.

_____; PIJL, K. Van Der. Restructuring capital and restructuring hegemony: neo-liberalism and the unmaking of the post-war order. In: _____. (Org.). *Restructuring hegemony in the global political economy: the rise of transnational neo-liberalism in the 1980s*. New York: Routledge, 1993.

PETRAS, J. *Armadilha neoliberal*. São Paulo: Xamã, 1999.

PUGLIESE, E. *Sociologia della disoccupazione*. Bologna: Il Mulino, 1993.

RODGERS, G.; RODGERS, J. (Org.). *Precarious Jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Genebra: ILS/ILO, 1989.

TAVARES, M. C. Ajuste e reestruturação nos países centrais. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 1, ago. 1992.

_____. Globalização e crescimento desigual. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 92, n. 2, 1998.